

PDS nega urgência no Senado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A bancada do PDS no Senado decidiu ontem à tarde por unanimidade negar urgência ao pacote fiscal do governo, depois de demorada reunião em que ouviu exposições dos senadores Roberto Campos (PDS-MT) e Virgílio Távora (PDS-CE).

Os senadores oposicionistas recusaram-se, porém, a encampar a tese da obstrução total, proposta por Roberto Campos.

"Se o governo conseguir aprovar a urgência, votamos contra a mensagem. Apresentaremos e tentaremos aprovar emendas", informou o líder Murilo Badaró. Segundo ele "a bancada ouviu exposição de Campos e de

Távora que indicaram defeitos que consideramos graves no projeto do governo. A mensagem não podia ter sido enviada ao Congresso com o prazo de quatro dias, durante o qual é humanamente impossível ler e deliberar sobre a matéria".

Badaró afirmou, ainda, que "o exame da proposta do governo, mostra que ela trará visível aumento de impostos, não favorecerá o assalariado e introduzirá o empréstimo compulsório, que é inconstitucional".

Campos informou aos jornalistas que "há um elenco de emendas variadas da bancada ao pacote. Minha posição é mais radical. Votarei contra o projeto porque a cada cruzeiro que ele se propõe cortar em seus gastos, quer 21 cruzeiros da população".

Embora tenha votado a favor da urgência para a tramitação da matéria no Congresso, o deputado Alencar Furtado, do PMDB, considerou "um pecado a rapidez com que o governo quer aprovar o pacote econômico". Explicou ter apoiado o pedido de urgência porque as lideranças partidárias comprometeram-se a dar tempo para a análise das emendas encaminhadas à proposta. Foram encaminhadas 106 emendas e amanhã o Congresso entra em recesso.

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), e Murilo Badaró previram dificuldades para aprovar o pacote em sua última fase de tramitação, no Senado, quando este sofrer as emendas da Câmara.